

Covas suspeita que alvo principal seja ex-ministro

Governador acha estranho que novas gravações surjam logo após Mendonça de Barros se tornar vice-presidente do PSDB

Geraldo Magella

• SÃO PAULO. O governador de São Paulo, Mário Covas, disse ontem que considera estranha a divulgação de novos detalhes de fitas sobre o episódio da privatização da Telebrás, justamente depois de o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros assumir uma das vice-presidências do PSDB.

— Não dá para dizer que isso é uma questão de causa e efeito, mas é estranho essa divulgação acontecer logo após o Luiz Carlos (Mendonça de Barros) ser eleito vice-presidente do PSDB. As fitas não tem nada de conclusivo e o processo de privatização da Telebrás foi tão lícito que um dos grupos vencedores pagou ágio de 1% — disse Covas.

Covas preferiu não acusar ou-

tros partidos da base governista, como PFL ou PMDB, pela divulgação das conversas grampeadas. Ele garantiu, no entanto, que o PSDB vai atuar na defesa de seus integrantes, como o presidente Fernando Henrique Cardoso e Mendonça de Barros.

— Não posso dizer que o PFL ou o PMDB estejam por trás disso. Só acho muito estranho que esses vazamentos voltem a acon-

tecer agora, quando o Luiz Carlos volta à cena. Se for atacado, o PSDB vai responder. Só que isso até agora não é um ataque — afirmou Covas.

Covas diz que fitas podem ter sido adulteradas

O governador fez questão de defender o presidente:

— O presidente pode fazer alguma consideração em algum

processo de concorrência, como eu também posso fazer aqui em São Paulo. O presidente não teria tentado intervir em favor de alguém. Isso não está claro na fita. O presidente está sendo acusado num grampo e quem faz uma gravação ilegal também pode adulterar o conteúdo de uma fita

O governador não quis dizer se é a favor ou contra a abertura de uma CPI, afirmando que a decisão

é de deputados e senadores.

A Polícia Federal teve seu desempenho criticado por Covas. Segundo ele, a PF nada apurou desde o ano passado, quando apareceram as primeiras fitas do caso e nem a autoria do chamado dossiê Cayman, que envolvia o seu próprio nome e o do presidente Fernando Henrique, numa suposta sociedade em conta bancária num paraíso fiscal. ■